

PRAÇA REGENTE ISABEL

Deliberação da Câmara de 19-11-1921

Edital de 24-11-1921

Formada pela praça sem denominação, de frente da antiga Maternidade de Campinas, hoje Estação Rodoviária

Situada entre as avenidas Andrade Neves e Barão de Itapura e a rua Saldanha Marinho

Botafogo

Obs.: Edital assinado pelo Prefeito Municipal de Campinas Raphael de Andrade Duarte. Foi conhecida também pelo nome de Largo da Maternidade.

REGENTE ISABEL

Isabel Cristina Leopoldina Augusta Micaela Gabriela Rafaela Gonzaga nasceu no Paço Imperial de São Cristovão, no Rio de Janeiro, em 29-julho-1846 e faleceu no Castelo D'Eu, em Paris, França, a 14-novembro-1921. Era filha do Imperador D. Pedro II e da Imperatriz Teresa Cristina. A 10-agosto-1850 a princesa imperial D. Isabel, foi proclamada herdeira da Coroa. De esmerada educação, ela e sua irmã Leopoldina receberam suas lições dos mais afamados mestres da época, sob a direção das condessas de Barral e da Pedra Branca. De conformidade com o Código do Império, antes de completar 15 anos de idade, no dia 29-julho-1860, D. Isabel, a herdeira do Trono do Brasil, dirigiu-se em comitiva ao Senado e na presença de seu soberano pai, ajoelhou-se e prestou solene juramento. Casou-se em outubro-1864 com o príncipe francês Louis Philippe Ferdinand Gaston d'Orléans, o Conde D'Eu e o casal teve três filhos homens: D. Pedro, D. Luiz e D. Antonio e uma princesinha morta no ventre materno. Por três vezes, pela ausência do pai, D. Isabel teve de assumir a Regência do Império: a primeira regência durou de 25-maio-1871 a 31-março-1872 quando facilitou a naturalização dos estrangeiros, reformou a organização judiciária, procedeu o censo do Império, firmou a paz e estabeleceu a amizade e comércio com o Paraguai. Porém, seu principal ato, foi a assinatura da Lei do Ventre Livre, em 28-setembro-1871. De 26-março-1876 a 25-setembro-1877 novamente D. Isabel assumiu o poder quando tomou importantes medidas no campo da instrução pública, criando várias escolas primárias e normais e reestruturou o Colégio Naval. Sua terceira regência estendeu-se de 30-junho-1877 a 22-agosto-1888 quando mandou construir casas para operários, executou as leis do Registro Civil, criou e reestruturou os serviços postais e telegráficos, o Museu Nacional, o Instituto Meteorológico e o Asilo dos Meninos Desvalidos. No entanto, sua maior obra, foi a assinatura da Lei Áurea, em 13-maio-1888, abolindo a escravatura do negro no Brasil. Constituiu-se um dos maiores atos do Império. Deu origem a manifestações de alegria e valeu à princesa Isabel, ser-lhe conferido o cognome de "A Redentora". Após a proclamação da República, recolheu-se com seu pai e filhos no Castelo D'Eu, em Bolonha do Sena, onde se tornou verdadeiro anjo da caridade, acudindo a todos os infortúnios, não só da França, mas também do Brasil. Tornou-se conhecida também pela proteção dada aos músicos e artistas.

PRAÇA REGENTE ISABEL



PRAÇA REGENTE ISABEL

Raphael de Andrade Duarte, Prefeito Municipal de Campinas, etc.

Faço publico, que de conformidade com o deliberado pela Illma. Camara Municipal, em sessão de 19 do corrente mez, fica denominada "Regente Isabel", a praça ajardinada sita á rua Andrade Neves e fronteira ao edificio da Maternidade de Campinas.

Em obediencia ao art. 7.º da lei n.º 87, de 10 de Março de 1902, e para conhecimento de todos, lavrou-se o presente edital.

Eu, Andrelinó Penna, Secretario da Prefeitura, o escrevi.

Campinas, 24 de Novembro de 1921.

Raphael de Andrade Duarte.



PRAÇAS DE CAMPINAS
(Trabalho de ALAOR MALTA GUIMARÃES)
X I

REGENTE ISABEL

(Fica entre as Avenidas Andrade Neves e Barão de Itapura e rua Saldanha Maranhão, no Bairro do Botafogo).

A denominação foi dada pelo Edital de 24 de novembro de 1921. Chamava-se, antes, "Larguinho da Maternidade".

DADOS BIOGRAFICOS:

D. Isabel Cristina Leopoldina Augusta Micaela Gabriela Rafaela Gonzaga de Bragança, nasceu a 29 de julho de 1846, no Paço de São Cristovão, no Rio de Janeiro e faleceu no dia 14 de novembro de 1921, no Castelo D'Eu, na cidade de Paris, na França. Era filha do Imperador D. Pedro II e da Imperatriz D. Tereza Cristina Maria. Fez sua educação sob a direção das Condessas de Barral e da Pedra Branca, recebendo lições dos mais afamados mestres da época. No dia 29 de julho de 1860, prestou, no Senado, o juramento de herdeira presumtiva da Corôa. A

15 de novembro de 1864 casou-se com o Conde D'Eu. Por três vezes, foram-lhe colocadas nas mãos as diretrizes do poder administrativo do Brasil. Sua primeira regência durou de 25 de maio de 1871 a 31 de março de 1872; a segunda, de 26 de março de 1876 a 25 de setembro de 1877 e a terceira de 30 de junho de 1877 a 22 de agosto de 1888. Durante a primeira regência assinou a Lei n. 2.040, de 28 de setembro de 1871, que declarou livres os filhos de mulher escrava e, na última, teve a glória de referendar a Lei Aurea, de 13 de Maio de 1888 que aboliu a escravidão no Brasil. Foi, por esse ato, cognominada a "Redentora". Devem-se seu espírito empreendedor da Condessa D'Eu os decretos de naturalização de estrangeiros, o primeiro recenseamento do Império, o desenvolvimento da Viação Férrea e a solução das questões de limites territoriais, estabelecendo relações comerciais com os governos vizinhos.



Isabel, (D.).

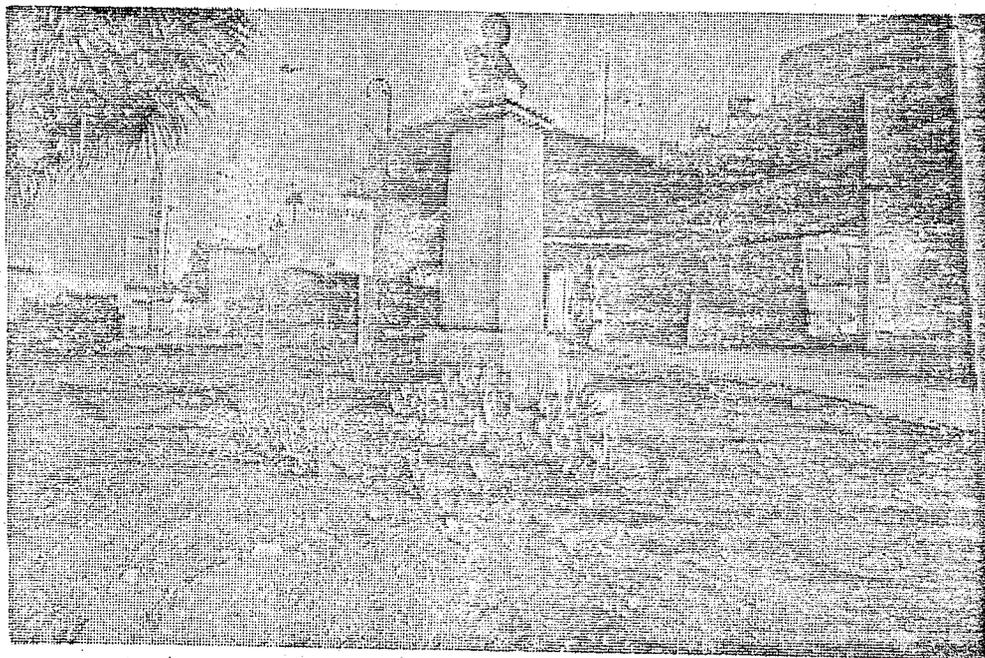
Princesa imperial brasileira (1846-1921). N. no Rio de Janeiro e m. no Castelo d'Eu, em França. Filha do Imperador D. Pedro II e de D. Teresa Cristina Maria. Com o constante exemplo de virtude do lar honrado de nossos últimos monarcas, recebeu a mais perfeita das educações. Seu casamento com o Príncipe Gastão d'Orléans, Conde d'Eu, apesar de resultante de entendimentos políticos, foi muito feliz. Tendo vindo para o Brasil destinado a sua irmã, a Princesa D. Leopoldina, afinal Gastão d'Orléans casou com a Princesa Imperial, destinando-se a mais moça a seu primo o Duque de Saxe. O casamento realizou-se no Rio de Janeiro a 15-10-1864 e o casal teve três filhos homens: D. Pedro, D. Luís e D. Antônio e uma princesinha morta no ventre materno. Em três ausências do pai, teve D. Isabel de assumir a Regência do Império. Na primeira, coube-lhe assinar os decretos concedendo facilidades à naturalização dos estrangeiros; reformando a organização judiciária; mandando proceder ao censo do Império; firmando a paz e estabelecendo relações de amizade e comércio com o Paraguai. Seu principal ato foi, porém, a assinatura da Lei do Ventre Livre, de 28-9-1871. Na segunda regência tomou medidas importantes sobre a instrução pública, criando várias escolas primárias e normais e reestruturando o Colégio Naval. Na terceira, tomou medidas tendentes a obter uma rigorosa descentralização administrativa; mandou construir casas para operários; executar as leis do Registro Civil; criou e reestruturou importantes órgãos governamentais, como o Museu Nacional, o Instituto Meteorológico, o Asilo de Meninos Desvalides, os serviços postais e telegráficos e muitos outros. Sua grande obra, na terceira Regência, foi a assinatura da Lei Áurea, abolindo a escravidão negra no Brasil. De prêmio, recebeu do Papa Leão XIII a "Rosa de Ouro". Surpreendida pela queda da monarquia, embarcou D. Isabel, com os pais, o espôso e os três filhos. Foram residir no Castelo d'Eu, propriedade da família, herança dos Duques de Guise. Após da morte de D. Pedro II, os Condes d'Eu viajaram pelos Países da Asia e dos Estados Unidos. Quando houve a revogação do banimento, o Mar. Gastão d'Orléans veio ao Brasil, acompanhando os restos mortais de nossos segundos monarcas. D. Isabel, já muito doente, não pôde acompanhá-lo e a 14 de novembro daquele ano, morria entre grandes sofrimentos. Sepultada no jazigo da família em Dreux, foram seus restos, com os do espôso, transladados para o Brasil em 1953, a bordo do encouraçado "Barroso" e ainda hoje aguardam, na Catedral do Rio de Janeiro que a República lhes dê jazigo condigno em Petrópolis.



CORREIO POPULAR -

Quinta-feira, 16 de agosto de 1979

Reurbanização da Praça "Regente Isabel"



A praça "Regente Isabel" uma das mais antigas de Campinas, com significativo marco histórico, está sendo reurbanizada e será entregue no próximo mês. "Ela é importante para as crianças e, com iluminação, plantas e bancos ficará agradável. Estou contente e acredito que a reforma vai melhorar bastante o ambiente desta rua" — diz dona Nedi Duarte moradora há mais de 20 anos de frente a Rodoviária. Como os demais moradores, mostrou-se satisfeita com as reformas.

O maior problema dos moradores locais — os arvoredos que alojavam mendigos e desocupados, será eliminado com o novo planejamento, conforme explicita o arquiteto Eduardo Pagotto — "o projeto de reurbanização foi estruturado de forma a ter um visual aberto, com arborização miuda para evitar o uso indevido". Por este motivo, foram feitas as reformas de concretagem em nível adequado e os bancos são ondulados de modo a evitar seu uso como leito.

As barracas de frutas e jornais serão mantidas em perfeitas condições de higiene e zelo. Situada na confluência da Av. Andrade Neves com Saldanha Marinho, não é das maiores, mas conta com uma área de 1.500 metros, e o custo da reurbanização é de 200 mil cruzeiros.

BUSTO

O busto exposto no local é do médico José Barbosa de Barros, campineiro, médico humanitário que prestou relevantes trabalhos por ocasião da epidemia de gripe em 1918. Foi um dos fundadores da Maternidade de Campinas e Diretor Clínico da Beneficência Portuguesa.

A gravação já totalmente desgastada, foi uma homenagem da classe médica, representada por uma comissão composta pelos médicos: Penido Burnier, Manuel Marcondes Machado, Armando Rocha Brito, Azael Lobo, Arlindo Joaquim de Lemos Jr., Alfredo Gomes Julio, Arquelino Motta e Com. José Pires de Oliveira Dias.



PRINCESA ISABEL

Isabel Cristina Leopoldina Augusta Michaela Gabriela Rafaela Gonzaga de Bragança e Bourbon, mais conhecida da nossa História por Princesa Isabel, nasceu no Rio de Janeiro, no Paço de São Cristovão, a 29 de julho de 1846.

Filha do Imperador D. Pedro II e da Imperatriz Tereza Cristina era a herdeira do trono e por três vezes, devido às ausências de seu pai, assumiu a direção governamental do Brasil.

Dirigiu o país com os gabinetes Rio Branco, Caxias, Cotegipe e João Alfredo.

A ela deveu o Império o decreto de naturalização de estrangeiros, o primeiro recenseamento, o desenvolvimento das estradas de ferro, as soluções de questões de limites territoriais e o estabelecimento de relações comerciais com países vizinhos.

A Princesa Isabel sancionou, ainda, em 1861, a lei que libertava os filhos de escravos e em 1875 outra que dava anistia aos bispos brasileiros.

Entretanto, a iniciativa que lhe consagrou o nome foi a da assinatura da chamada "Lei Aurea", a 13 de maio de 1888, que abolia a escravidão no Brasil.

Graças a esse ato, ficou conhecida pelo título de "Reidentora".

Devido ao seu casamento com o príncipe francês Luiz Felipe Gastão, o Conde D'Eu, muitos políticos preocupavam-se com o futuro do Império, pois em caso do falecimento de D. Pedro II, ficaria o príncipe estrangeiro na direção do país.

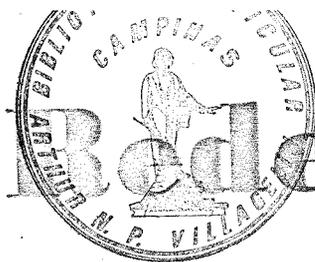
A assinatura da "Lei Aurea" que desgostou grande número de fazendeiros conservadores e o surgimento da "questão militar" que abalou a disciplina das forças armadas formaram a situação favorável aos republicanos.

Com a proclamação republicana, a Princesa Isabel acompanhou a família real ao exílio, tendo falecido a 14 de novembro de 1921, no Castelo D'Eu, em Paris.

Em memória dessa eminente figura pátria, um dos grupos escolares da Capital, localizado no Bosque da Saúde, recebeu o nome de Grupo Escolar "Princesa Isabel".

HORTA LISBOA

Isabel, a



Redentora

Maria Rosa Moreira Lima

Isabel Cristina Leopoldina Augusta Micaela Gabriela Rafaela Gonzaga de Bragança, nasceu no Rio de Janeiro a 29-7-1846 e faleceu no castelo D'Eu na França, dia 14-11-1921. Era filha do Imperador do Brasil, D. Pedro II e da Imperatriz Teresa Cristina.

A menina veio ao mundo no Paço de São Cristóvão, batizou-se na Capela Imperial a 15-XI do mesmo ano, servindo-lhe de padrinhos o rei Fernando de Portugal e a rainha viúva de Nápoles, ambos representados por figuras da nobreza. Esses fatos ocorreram mais ou menos um ano antes do falecimento de seu irmão mais velho o príncipe D. Afonso então herdeiro da coroa, cujo óbito se verificou a 11-VI-1847.

Um mês depois deste acontecimento a 13-7, nasceu outra filha do Imperador e que se chamou Leopoldina. Isabel como a mais velha, passou a ser a princesa imperial perdendo o título depois com o nascimento de mais um irmão que se chamou Pedro e seria III, se também não houvesse falecido a 9-1-1850.

A 10 de agosto do mesmo ano, sob a presidência do barão de Monte Santo, presentes setenta e nove deputados e trinta e seis senadores, foi Isabel proclamada herdeira da Coroa.

Entre as mais divertidas brincadeiras infantis desenvolvidas nas tardes do Palácio de São João em Petrópolis e, estudos realizados na Paço de São Cristóvão, ensinaram como falar e escrever, as duas crianças de sangue azul. Antes de completar 15 anos, dia 29-VII-1860, de acordo com o artigo 106 do código do Império, Isabel, a herdeira do Trono do Brasil, dirigiu-se em companhia ao Senado e ao Congresso do seu soberano pai, afilhada e presente a inauguração de uma casa de máchinha espalhado sobre o livro santo dizendo com voz clara e muito firme: — Juro manter a Religião Catholica Apostolica e Romana, observar a Constituição politica da Nação Brasileira e ser obediente ás leis do Imperador.

Em agosto de 1850, chegou da Bahia, a condessa de Barral, dona Luiza Margarida Portugal de Barros, para cuidar da educação das duas meninas, que a ela logo se afeiçoaram. Acompanhadas por dois pajens e pela mestra, faziam longas caminhadas a pé. Numa dessas excursões, Isabel teve oportunidade de ver uma leva de escravos maltrapilhos, esqueléticos, carregando fardos pesadíssimos, superiores ás suas forças. A menina ficou horrorizada com o espectáculo tão desolador, e revoltada, prometteu a si mesma fazer em benefício dos negros escravos. Este ideal ela alcançou durante toda a existência para vê-lo realizado um dia. Aos 18 anos, a jovem falava facilmente bem vários idiomas e recebia cartas de literatura do romancista Joaquim Manoel de Macedo.

As princesas estavam no esplendor da mocidade, quando correram os primeiros boatos sobre possíveis casamentos. E então a 2-IX-1864, desembarcaram no Rio de Janeiro, dois noivos nobres, pretendentes á mão das jovens, Augusto de Saxe Coburgo Gotha, e Luis Felipe Maria Fernando Gastão de Orleans, conde D'Eu, ambos netos de Luis Felipe da França. O primeiro sendo destinado a Isabel, apaixonou-se á primeira vista

por Leopoldina, enquanto Gastão pretendente desta, encantou-se perdidamente pela primeira. O mesmo caso succedeu ás adolescentes que imediatamente procuraram um entendimento com o seu augusto pai, propondo a troca dos noivos. Pedro II tinha verdadeira adoração pelas filhas e sem por nenhum obstáculo, comunicou-se por sua vez com o duque de Nemours, pai de Gastão, explicando-lhe a ocorrência. Este, nada encontrando que se opusesse á modificação, enviou resposta favoravel por intermedio do general Dumas, e os noivados foram annunciados. O enlace de Leopoldina e Augusto ficou marcado para 15 de dezembro, Isabel e Gastão, casaram-se a 1-X-1864. Meses depois, os recém-casados viajaram para a Europa e ao regressar á terra natal, tiveram a noticia de que D. Pedro II, se guira para o Rio Grande do Sul, então invadido pelos paraguaios. Gastão de Orleans que recebera pelo casamento a patente de mariscal do Exército Brasileiro, manifestou desejo de tomar parte activa na guerra, ao lado do sogro e do primo e cunhado, mas, a sua posição de casado em repouso com a herdeira do trono, não permitiu, e os interesses do Estado foram por isso

caprichos, não lhe davam a permissão desejada. Até que afinal, appareceu a oportunidade esperada pelo jovem príncipe. O Imperador, aproveitando-se da enfermidade de Caxias, depois da rendição de Uruguaiana, deu-lhe o comando das tropas. Durante quase um ano o bravo militar passou nos campos de batalha até o dia em que Solano Lopez caiu vencido.

D. Pedro sentindo-se doente, viajou para a Europa e passou a filha a regencia do Imperio onde ella permaneceu durante quase um ano. E mais uma vez prestou juramento prometendo cumprir a Constituição. Foi durante essa ausencia do Imperador que Rio Branco então presidente do Ministerio, sustentou na camera o projeto da lei do Ventre-Livre, assinada a 28-IX-1871, libertando os filhos de pais escravos.

De 26-III-1876 até 25-IX-1877, novamente Isabel assumiu o poder. E a abolição firmou um marco de victoria. A 28-IX-1888, foi assinada a lei dos sexagenários libertando os escravos de mais de sessenta annos. E a campanha abolicionista lançada por Luiz Gama, Manoel de Barros, José do Patrocinio, André Rebouças, José Mariano e outros, progrediu fulgurante. Os negros fugiam das fazendas e se reuniam formando os quilombos espedidos em pe-

giões denominadas Palmareas, constituindo uma massa poderosa em fortificações que abrigavam até 10 mil negros refugiados, submissos a um chefe supremo conhecido como Zumbi. Pelo ano de 1888, seguiu mais uma vez para a Europa D. Pedro II em estado grave. Isabel subiu ao trono e a 7 de maio o conselheiro João Alfredo de Alencar substituiu o barão de Cotegipe, propôs ao parlamento uma lei que abolia definitivamente a escravatura em nosso país. De fato, no dia 8 de maio o ministro Rodrigo Silva apresentou por ordem de Sua Alteza Real a Princesa Imperial, a proposta: Art. 1.º — É abolida a extinta a escravidão no Brasil. Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrario.

Isabel na sala do trono, ao lado do esposo, conde D'Eu, aos ministros do Imperio, tendo em mão uma caneta de ouro ofertada por subscrição popular, assinou a Lei Aurea a 13 de maio de 1888, declarando extinta a escravidão no Brasil.

E naquele instante, o Brasil e o Imperio passaram a primeira página da historia. Agora restava uma pagina a ser escrita sobre o trono. Ella, com um tanto triste, mas com a certeza sentiu-se surrada e se fez, abençoada pelo povo brasileiro, e abençoando a terra, realizou o seu tão desejado sonho de ver realizado o seu ideal. ISABEL, A REDENTORA.



29/07/79

Diarinho

Página

29 de julho

Nasce a Princesa Isabel



Nasce no Rio de Janeiro, a Princesa Isabel, cujo nome próprio era Isabel Cristina Leopoldina Augusta Micaela Rafaela Gonzaga, filha do Imperador Dom Pedro II e sua esposa a Imperatriz Teresa Cristina. Por três vezes a Princesa Isabel esteve à frente dos destinos do Brasil. Da primeira vez em 1871, quando, terminada a Guerra do Paraguai, o Imperador Dom Pedro II foi descansar e restabelecer-se na Europa. Assumindo o Império, com o título de Princesa-Regente, Isabel assina a célebre Lei do Ventre Livre, pela qual todos os filhos de escravos não seriam mais escravos, nascendo livres. Mas tarde, 17 anos depois, volta Pedro II à Europa, desta vez já velho e doente; a Princesa Isabel pela terceira vez assume o cargo de Regente do Império, em 1888 e, tem a grande glória de assinar a "Lei Áurea", decretando a abolição da escravidão no Brasil.

Com o 13 de maio, conforme diz Rocha Pombo "havia-se realmente consumado a maior obra da nossa história".

E prossegue nosso eminente historiador:

"a escravidão era o maior dos males que nos legara o regime da colônia". Por isso, no momento em que Isabel assina a "Lei Áurea", relatam os historiadores, "o povo, desvairado de alegria e entusiasmo, invade em tumulto o palácio". De todos os lados atiram-lhe rosas. O embaixador dos Estados Unidos, presente à cerimônia, pega uma das flores e diz: "Vou levar esta rosa, para mostrar em meu país

que aquilo que foi feito lá com uma guerra, aqui foi feito com rosas".

Naquele mesmo instante surge o título que passou à História com o nome da Princesa: Isabel a Redentora. Apenas um ano e meio depois, era proclamada a República (15/11/1889): é que o Império, já abalado por uma série de causas e de crises, teve solapada sua base, que era a aristocracia rural. Esta classe, que até então tinha imenso poder, ficou desaperada pela perda total da sua força de trabalho, que eram os escravos, e passou a ficar também contra a família imperial. A Princesa Isabel, mesmo avisada previamente das consequências do seu ato, não trepidou em assinar a "Lei Áurea". Banida do seu país no dia 15 de novembro de 1889, seguiu para exílio na Europa, com toda a família real, de onde só pode voltar depois de morta. Quando lhe disseram que o Império fora derrubado como consequência de seu ato, libertando os escravos, a grande princesa respondeu: "Se é por isso que me expuseram do Brasil, eu afirmo que se voltasse ao trono não trepidaria, em fazer o mesmo gesto, libertando um povo".

A Princesa Isabel era casada com um nobre francês, o Conde D'Eu, e essa foi uma das razões apresentadas pelos republicanos; com a morte de Pedro II, o Brasil passaria a ser governado por um estrangeiro.

A Princesa Isabel faleceu a 14 de novembro de 1921, em Paris. Seus restos mortais foram trazidos de volta para o Brasil e hoje repousam em Petrópolis, tal como os dos Imperadores seus pais.